

**AUTOR CONVIDADO FALA SOBRE DISPOSITIVO: A NUDEZ  
FEMININA NAS CURVAS DO DISPOSITIVO: NOSSO CORPO NOS  
PERTENCE?**

*The female nudity in the curves of the apparatus: does our body belong to us?*

**J. J. Domingos**

**Universidade Estadual da Paraíba**

**Resumo:** Neste artigo, recorreremos às formulações foucaultianas em torno da ideia de dispositivo para refletirmos o lugar discursivo da nudez feminina na sociedade atual. Para tanto, partimos das dimensões do visível e do enunciável, próprias ao dispositivo de modo geral e que nos permitem ver e falar do corpo [nu] feminino, para tratarmos, de modo mais específico, do dispositivo da sexualidade. Pensaremos estes conceitos a partir de duas emergências enunciativas retiradas da produção discursivo-midiática contemporânea: a imagem de uma transexual “crucificada” na Parada LGBT de São Paulo em 2015 e uma charge sobre protestos feministas.

**Palavras-chave:** Dispositivo; Corpo; Sexualidade.

**Abstract:** In this article, we use the Foucault's formulations around the apparatus idea to reflect the discursive position of female nudity in contemporary society. The starting point was the size of the visible and the enunciable, own the general apparatus and allow us to see and speak of the body [naked] female, to treat, more specifically, the sexuality of the apparatus. We'll think these concepts from two enunciative emergencies taken from contemporary discourse-media production: the image of a transsexual "crucified" in LGBT Parade in Sao Paulo in 2015 and a cartoon of feminist protests.

**Keywords:** Apparatus; Body; Sexuality

O dispositivo mistura, pois, alegremente, coisas e ideias (entre as quais a de verdade), representações, doutrinas e até filosofias, a instituições, a práticas sociais, econômicas, etc. O discurso impregna tudo isso. (VEYNE, 1998, p.35).

### **Tecendo a Rede do Dispositivo**

Para desenvolver nossa discussão sobre o lugar discursivo da nudez feminina na contemporaneidade, recorreremos às ideias foucaultianas em torno daquilo que ele chamou de dispositivo da sexualidade (2007). Antes, porém, é preciso observar que a noção de dispositivo torna-se produtiva para aquele pensador no momento em que seu método e objeto de análise foram mudando a ênfase do aspecto arqueológico para o genealógico e dos saberes para os poderes, respectivamente. Nessa mudança de perspectiva, o dispositivo passa a ser o objeto mesmo da descrição genealógica. No interior desse dispositivo, permeada por técnicas de saber e mecanismos discursivos, “a sexualidade se constituiu como domínio a conhecer, foi a partir das relações de poder que a instituíram como objeto possível” (id. *ibid.* p.108-109).

Quando expõe sobre a função metodológica do dispositivo, Foucault (2001) o define como “um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas” (p.138). Neste sentido, o dispositivo vai além dos limites das práticas discursivas estudadas na Arqueologia: “em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo” (*idem*). Na heterogeneidade de seus constituintes, o dispositivo faz funcionar um diversificado jogo de relações estratégicas no contexto de uma demanda histórica específica.

Refletindo sobre este conceito capital dos pressupostos foucaultianos, G. Deleuze (1990) refere-se ao dispositivo como um conjunto complexo entrecortado por linhas de natureza diversas. A cadeia de variáveis que tem lugar na coexistência das diversas linhas – dimensões, curvas, regimes – do dispositivo confere a este elemento um caráter móvel no qual suas instâncias não possuem contornos definidos de uma vez por todas. É nesse sentido que o dispositivo é pensado em termos de “linhas que se movimentam”. Linhas que não somente o compõem, mas que atravessam o dispositivo em diagonal,

pois assim nele há linhas que são de sedimentação, há também linhas de “fissura”, de “fratura”.

Ainda pensando a partir de M. Foucault, Deleuze destaca as dimensões da visibilidade e da enunciação como constitutivas do dispositivo. São as linhas do visível e do enunciável que definem regimes em cuja historicidade estão as condições para a emergência destes ou daqueles saberes, sujeitos, objetos. Em outros termos, é a maneira como o dispositivo distribui o que é visto e o que é dito num dado momento, seus regimes de visibilidades e de enunciações que garante a existência dos objetos discursivos em cada formação histórica. Dessa forma, é sempre no interior de um dispositivo que o sujeito, enquanto efeito de uma produção histórica, tem sua existência instituída e transformada através da formação última do dispositivo: o discurso.

Como já antecipava nossa epígrafe, o discurso atravessa todos os constituintes de um dispositivo. Este que, por sua vez, “mistura, pois, alegremente coisas e ideias”, assim como tudo o mais que o compõe. É o discurso que, arrastado pela história, atua no delineamento constante das fronteiras históricas do dispositivo. E segundo Foucault (2001), se nós, sujeitos na/da história pertencemos a dispositivos e neles agimos, nossa ação, entendida como prática, neste caso se dá em conformidade com os regimes enunciativos possibilitados pelas questões trazidas à tona por determinado dispositivo.

Recorremos à noção de dispositivo de M. Foucault a fim de compreender como nosso objeto discursivo tem sua existência instalada nas rupturas da história, no limiar de que atualidades assentam-se as regras que permitem enunciar discursos sobre o sujeito mulher na sua relação com a nudez. Para compreendermos como se relacionam estas questões, é preciso proceder a descrição do dispositivo no qual se enreda o objeto sob análise: o dispositivo da sexualidade. Portanto, façamos uma breve arqueologia da formação do dispositivo da sexualidade conforme as fundamentações foucaultianas.

Procurando entender a emergência histórica da subordinação do prazer sexual à questão da verdade, o autor vai propor a formação, na sociedade moderna ocidental, de um dispositivo cuja estratégia primeira era por a falar a sexualidade. De saída, o filósofo opõe-se à ideia de que um puritanismo vitoriano teria imposto a nossa sexualidade um profundo silêncio: uma moral burguesa em conjunto com o aparato de produção capitalista seriam responsáveis pela implantação de uma intensa repressão sexual. Para Foucault, antes, esta “hipótese repressiva” da sexualidade seria um efeito do funcionamento do dispositivo que ela integra. Em outros termos, a defesa de uma

sexualidade reprimida resulta da rede discursiva que une poder-saber-prazer acerca da sexualidade humana que se monta nas sociedades ocidentais a partir do século XVII.

Ainda com o autor citado, pensar as relações entre poder e sexo de acordo com um padrão negativo (proibição, silenciamento etc.) é uma interpretação reducionista do tipo de relação que aí se desenvolve, uma vez que este modelo estaria se integrando ao regime de política sexual que denuncia. Isto é, as técnicas de poder que organizam a vontade de saber no dispositivo da sexualidade incluem, com efeito, práticas de negação, rechaço, silenciamento, mas, por outro lado, produzem efeitos de estímulo e incitação ao discurso sobre o sexo. Reconhecê-las apenas em seu caráter repressivo é fazer funcionar uma das estratégias de poder desse dispositivo: “o enunciado da opressão e a forma da pregação referem-se mutuamente; reforçam-se reciprocamente” (FOUCAULT, 2007a, p.14).

Se a ideia de interdição da sexualidade acende uma híper-exposição da mesma, a grande questão é compreender sob que condições isso se dá. Como por exemplo, qual o corpo da nudez feminina? De que lugar ele pode ser enunciado? E quem está autorizado a fazê-lo? Pensemos estas questões a partir dos elementos imagético-discursivos da charge a seguir.



Fonte: <https://midianinja.com>

No enunciado chargístico, composto quase exclusivamente por imagens, temos num primeiro plano a cena de uma mulher negra sem a parte superior da roupa sendo levada à força por três policiais. Pela caracterização dessa personagem, incluindo o pano cobrindo parcialmente o rosto, as palavras ‘feminista’, ‘livre’ e o símbolo inscritos em seu corpo, toda essa iconografia nos remete a um lugar de memória onde comumente a

força policial é usada para reprimir manifestantes em protestos em várias partes do mundo, incluindo as feministas que se desnudam como protesto.

Todavia, há uma interrupção no fluxo desse lugar de memória quando observamos o plano esquerdo da imagem. Nela vemos homens brancos, bem vestidos, absortos contemplando uma diversidade de fotos de mulheres nuas expostas em catálogos, jornais e revistas de uma banca. Os mesmos aparecem indiferentes à cena descrita antes envolvendo a mulher que protesta.

A produção discursiva que o arranjo dessas duas imagens constitui põe em funcionamento as ideias de Foucault sobre o dispositivo da sexualidade: o sexo pode ser exposto, desde que atenda certa 'liturgia'. No caso em análise, ele está a serviço do consumo de um determinado grupo, evidenciando a lógica que constitui as relações de poder. O corpo feminino exposto na banca de revista está estabelecendo um relacionamento díspar com aquele carregado pelos policiais. E são as disparidades entre os componentes que integram o dispositivo que o fazem funcionar. O feito de sentido que decorre do imbricamento dos elementos enunciados na charge sustenta as condições de existência de um discurso no qual a exposição do corpo nu feminino não será autorizado quando posto como elemento de emancipação e reivindicação da mulher, sendo, pois, interdito.

Apesar disso, e por isso, a interdição não pode ser tomada isoladamente como elemento fundamental para compreender a história do que tem sido dito sobre a sexualidade a partir da Idade Moderna. Com efeito, como nos mostra Foucault em *A vontade de saber* (2007a), desde o fim do século XVI, vimos surgir uma série difusa de instâncias de produção discursiva que, urdidas por diferentes dispositivos de saber e poder, ocuparam-se sistematicamente com a "colocação do sexo em discurso". Dessa forma, um dispositivo da sexualidade vai sendo tecido em práticas discursivas ligadas a saberes como a moral, a religião, a ciência, a política, a economia que, também como estruturas difusoras de poder, contribuem para o controle, a normatização e o estabelecimento de "verdades" sobre o corpo e os prazeres. Ao estabelecer os valores morais que devem ser praticados pelos indivíduos, este dispositivo os afeta na relação com seu corpo e seus prazeres, de modo que o mesmo será determinante na constituição das subjetividades.

A propósito do sexo, o advento da Modernidade trouxe uma "verdadeira explosão discursiva"<sup>[1]</sup>, Foucault (op.cit.) afirma, e logo destaca que nas culturas

ocidentais ela muito rapidamente ganhou um status de cientificidade. Ao tratar das transformações provocadas pela “explosão discursiva” dos séculos XVIII e XIX em torno da sexualidade, Foucault (2007a) observa que “multiplicaram-se as condenações judiciais das perversões menores, anexou-se a irregularidade sexual à doença mental” (p.43). As etapas do desenvolvimento sexual foram, então, minuciosamente definidas, da velhice à infância, e particularmente nesta, caracterizando todos os desvios possíveis. E prossegue: “organizaram-se controles pedagógicos e tratamentos médicos, em torno das mínimas fantasias, os moralistas e, também e sobretudo, os médicos, trouxeram à baila todo o vocabulário enfático da abominação” (id. ibid.). Por conseguinte, a prática da ciência será determinante no modo como o poder e o sexo se relacionam.

Nesse ponto, queremos retomar esta ideia da multiplicidade das sexualidades, sem, contudo, negar que sobre as mesmas operam mecanismos de interdição. Isso porque antes de uma investida repressiva sobre a sexualidade é necessário esquadrihá-la em diversas práticas, preferências, recortes: produzir saberes sobre a sexualidade dos sujeitos a fim de submetê-los a instrumentos de controle.

E ainda que estejamos, talvez como nunca estivemos antes, expostos a tanta sexualidade, a questão sexual continua sendo um tabu para boa parte da sociedade atual. É possível ilustrar isso com um episódio ocorrido em 2015, quando durante realização da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo, uma artista transexual fez uma performance reproduzindo a cena da crucificação de Jesus Cristo.



Fonte: <https://www.google.com.br>

Segundo a artista, o propósito da encenação foi chamar a atenção para o problema da violência homofóbica praticada no Brasil e, portanto, representar um personagem histórico que fora vítima de violência e incompreensão à sua época parecia algo inteligível. Contudo, assim não o foi. E a este sentido se sobrepuseram outros que iam de uma “demonstração de intolerância religiosa”, “desrespeito pelo cristianismo” até “crisofobia” etc. Por fim, construiu-se uma grande polêmica em torno da performance da artista, mobilizada, sobretudo por pastores e parlamentares evangélicos através das redes sociais e púlpitos legislativos.

Ressaltamos que nossa análise do enunciado da figura 02 não recai sobre os aspectos políticos e religiosos que o atravessam em sua formulação e circulação, mas centramo-nos no terceiro vértice metodológico que sustenta uma produção discursiva: sua constituição. Isso nos leva a dizer que o funcionamento do dispositivo pressupõe regimes de enunciação que fazem ver um objeto e não outro. No caso do dispositivo da sexualidade, seria aquilo que se torna possível e justificável enunciar sobre o corpo nu feminino.

Nesse caso, um dado fundamental: o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. Esses constituintes diversos fazem funcionar diferentes jogos de relações estratégicas no contexto de uma demanda histórica específica. Nessa direção, as formulações polêmicas sobre a imagem da ‘crucificação’ na Parada LGBT não jogam luz sobre o tema do corpo feminino, isto não entra na ordem do enunciável nos discursos de rechaço à encenação da transexual. A questão que é trazida à tona é a da intolerância religiosa e desrespeito aos ‘símbolos sagrados’ e para isso, é preciso operar um silenciamento discursivo no sentido de apagar toda uma rede histórica de enunciados em que a iconografia cristã, em particular a cena da crucificação de Cristo, é retomada em imagens pela propaganda, jornalismo, Literatura, arte e comunicação em geral<sup>[2]</sup>.

Articulando um regime de dizibilidade fundado em preceitos religiosos e morais o discurso que polemiza a performance da crucificação vai se sedimentando e ganhando fácil adesão, efeito que não seria possível se o caráter religioso não fosse articulado ou mesmo fosse relativizado na leitura da cena da artista crucificada.

Então se a questão do religioso e do sagrado não é enfaticamente problematizada na interpretação das outras imagens de crucificação que citamos acima, por que ganhou tanta visibilidade no caso da Parada LGBT? Dois aspectos da estrutura desse acontecimento discursivo devem ser assinalados: primeiro, o corpo nu que sangra

crucificado na imagem é um corpo feminino, diferentemente daqueles exemplos que mencionamos da mídia. E que efeitos de sentido seriam possíveis depreender de um discurso que se colocasse contrário a uma representação feminina de Jesus? Machismo, misoginia, talvez. Todavia, estes parecem ser dois posicionamentos socialmente condenáveis na contemporaneidade, quando se reconhece a importância da luta histórica pela emancipação feminina.

Segundo aspecto, o corpo nu – ora feminino – que sangra na cruz é um corpo (trans)formado, que já fora masculino. A participante do protesto é uma transexual. Um corpo, portanto, ainda interdito nas linhas de força que operam no dispositivo da sexualidade nas condenações moral e religiosa que lhe reservam o lugar da anormalidade, do pecado, do antinatural, tudo isso junto. Mas esse discurso religioso condenatório da sexualidade em suas diversas e possíveis manifestações é também abertamente combatido hoje. Desse modo, nos jogos estratégicos do dispositivo convém ao discurso que polemiza mobilizar outras proposições filosóficas e morais acerca da performance de crucificação da transexual: ‘profanação do sagrado’, ‘intolerância religiosa’, estas sim práticas consensualmente condenáveis em nossa história presente.

Assim, voltamos às indagações do início do texto: sob que condições é possível enunciar pela nudez feminina? Quem pode fazê-lo? Queremos acreditar que uma performance da crucificação de Cristo feita durante alguma manifestação contra governos, por exemplo, não desencadeie esse nível de visibilidade, e menos ainda se “o crucificado” for representado por uma figura masculina. Isso atesta que as linhas do visível e do enunciável do dispositivo da sexualidade fixam as possibilidades do discurso: o corpo feminino que protesta nu é frequentemente um lugar do interdito, qual aquele do enunciado da figura 01. E por que a nudez feminina que nos atrai e deslumbra nos sambódromos carnavalescos pode parecer tão ameaçadora à ordem moral e social, despertando ódio e repulsa quando se exhibe de forma política, quando protesta? Eis uma questão. De fato, a despeito de toda a exposição da sexualidade que vivenciamos hoje, parece que a mesma nunca esteve tão pouco resolvida para nossa sociedade.

## Notas de rodapé

[1] É importante frisar que, de acordo com M. Foucault, paralelo a essa incitação discursiva existia, de fato, uma série de mecanismos de restrição dos discursos do sexo: uma depuração do vocabulário autorizado, um policiamento dos enunciados com base nas novas regras da decência. Um controle das enunciações definia quando e onde não falar dele; em que situações e entre quais atores da vida social sua menção era permitida.

[2] Revista Veja, 1981 – capa com um homem representando o consumidor brasileiro; 1990 – capa do disco ‘eu não sou santo’ do cantor Bezerra da Silva; revista Placar, 2001, 2012 – capas com os jogadores de futebol Marcelinho Carioca e Neymar, respectivamente. Estes são alguns exemplos de releituras da icônica imagem da crucificação com propósitos diversos e que não constituíram uma discursividade polêmica em torno de si.

## Referências

DELEUZE, Gilles. O que é um dispositivo? In: **Michel Foucault, filósofo**. Trad. Wanderson Flor do Nascimento. Barcelona: Gedisa 1990, p. 155-161

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. Trad. Cláudia Sant’Ana Martins. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2005.

FOUCAULT, Michel. Sobre a história da sexualidade. In: MACHADO, Roberto (org.). **Microfísica do Poder**. 16ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. Trad. Alda Baltar; Maria Auxiliadora. Brasília: editora UNB, 1998.

*Recebido em 10/12/2015*

*Aceito em 20/02/2016.*